

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	14
5.3 - Descrição - Controles Internos	16
5.4 - Programa de Integridade	20
5.5 - Alterações significativas	23
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	24

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	36
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	39
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	41
10.5 - Políticas contábeis críticas	42
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	48

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo seu Conselho de Administração em 29 de julho de 2020, bem como um processo de Enterprise Risk Management (ERM), aprovado por sua Diretoria que, com base nas melhores práticas de mercado, tem como finalidade identificar potenciais eventos cuja ocorrência poderia afetar o atingimento dos principais objetivos da Companhia.

Para alcançar este objetivo, a função CFO - Risk Management desempenha um papel de "facilitador" na divulgação da metodologia ERM, visando definir um quadro unificado e atualizado da exposição ao risco, permitindo uma gestão de riscos consciente.

#### 1. Objetivo e campo de aplicação

O processo ERM tem por objetivo constituir uma base de riscos confiável para tomada de decisão e planejamento da Companhia, suportando as decisões da Administração, Bem como auxiliar a empresa no gerenciamento de riscos e melhorar a identificação de ameaças e oportunidades, possibilitando o atingimento dos objetivos estratégicos e minimizar ou prevenir os riscos socioambientais. Além de identificar o perfil de risco da companhia durante o período do Plano (ano civil) e reconduzi-lo para o nível aceitável em relação às medidas de mitigação apropriadas.

O Processo ERM na TIM Brasil foi elaborado de acordo com a metodologia definida pelo Grupo Telecom Itália em termos de:

- Fases e atividades relacionadas;
- Cronograma;
- Papéis e Responsabilidades dos principais *Stakeholders*;
- KPO e SLA do processo.

#### 2. Atores do processo ERM

O processo ERM é implementado seguindo uma abordagem integrada do Grupo em termos de risco, e envolve múltiplos atores.

##### **Steering Committee ERM:**

Supervisiona o processo ERM. É presidido pelo Chief Financial Officer (CFO) e composto da seguinte forma:

- Responsável pela função de Chief Financial Officer (CFO);
- Responsável pela função de Business Support Officer (BSO);
- Responsável pela função de Planning & Control;
- Responsável pela função de Legal & Corporate Affairs;
- Responsável pela função de Human Resources & Organization;
- Responsável pela função de Compliance;
- Responsável pela função de Chief Revenue Officer (CRO);
- Responsável pela função de Risk Management.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### Funções de Controle:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, correspondem, em particular, a:

- Diretoria de Compliance: Estritamente ao que concerne o processo de ERM, fornece inputs a função de CFO - Risk Management pela temática de sua competência. Avalia os dispositivos de mitigação referentes à conformidade e, para as áreas de intervenção direta, garante a coordenação e monitoramento dos eventuais planos de mitigação.
- Diretoria de Audit: Estritamente ao que concerne ao processo ERM, identificar e compartilhar com a função CFO - Risk Management as principais informações que são objeto de alinhamento entre as duas estruturas, com objetivo de aprimorar os respectivos processos de controle de 2º e 3º nível.

### Função Organizacional:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, corresponde, em particular, a função:

- Human Resources & Organization: Estritamente ao que concerne o processo de ERM, assegura que os processos publicados possuam todos os requerimentos necessários.

### Funções de BSO:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, corresponde, em particular, a:

Estritamente ao que concerne o processo de CFO – Risk Management, avalia o status dos dispositivos de mitigação referentes à proteção dos processos, particularmente com referência a segurança lógica dos processos, atuação de Antifraude e continuidade dos negócios.

### Função de Planejamento:

De acordo com este procedimento, no âmbito da TIM Brasil, corresponde, em particular, a:

- Função de Planning & Control: Estritamente no que concerne ao processo ERM, assessorar e disponibilizar as informações para definição e monitoramento do Risk Appetite e Risk Tolerance.

### Process Owner:

Corresponde, em geral, ao primeiro reporte hierárquico ao Presidente (CEO) e ao Conselho de Administração. São identificados de acordo com o tipo de risco/processo.

- São responsáveis por indicar os riscos relacionados aos seus processos.
- São responsáveis pela avaliação, gestão e monitoramento dos riscos com impacto sobre seus processos (ou parte deles).
- São responsáveis pela definição e implementação dos projetos de mitigação dos riscos e/ou planos de contingências.
- São responsáveis pelas documentações encaminhadas como evidência durante as etapas de Risk Assessment e Risk Response.
- São responsáveis pelos resultados dos indicadores (KRIs e Appetite ao Risco).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos para os quais se busca proteção; e**

**ii. os instrumentos utilizados para proteção**

**iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

O objetivo do Risk Assessment é a identificação e avaliação dos riscos para a companhia que possam impactar o atingimento dos objetivos do plano, com foco particular sobre os objetivos que foram definidos para o Risk Tolerance e Risk Appetite. Os riscos devem ser identificados a partir das entrevistas com os Process Owners e avaliados de acordo com dois direcionadores: Nível de Risco Inerente e Nível de Monitoramento, consequentemente, sendo posicionados no mapa de riscos da companhia.

A "Definição do Appetite ao Risco e Tolerância ao Risco" consiste nas seguintes etapas:

- A cada ano, a função CFO - Risk Management, em conjunto com a função CFO - Planning & Control inicia um novo ciclo do Processo de ERM, com base nos objetivos do Plano Industrial, definindo o Risk Appetite da companhia para este novo ciclo;
- Os Process Owners devem identificar os processos de sua área que serão destinados a alcançar os Objetivos Estratégicos, por sua capacidade de criar valor e importância para a competitividade da companhia, e em seguida, devem encaminhar para a Função CFO -Risk Management as propostas de KRIs de Tolerância ao Risco.
- A proposta de definição do Risk Appetite, Risk Tolerance e seus KPI/KPO correspondentes é submetida à validação pelo Steering Committee ERM que, em seguida, informa ao Comitê de Controle e Riscos (CCR).
- O Risk Appetite deve ser encaminhado ao Conselho de Administração (CdA) para discussão e aprovação em linha com o Plano Industrial aprovado.

### **Monitoramento e Controle do Appetite ao Risco e Tolerância ao Risco**

Trimestralmente a função CFO - Risk Management solicita a cada um dos Owners responsáveis pelos KRIs os valores obtidos no último trimestre, assim como solicita à função CFO – Planning & Control os valores relativos ao Appetite ao Risco, para monitoramento da evolução destes indicadores.

Caso o resultado do monitoramento trimestral indique a extrapolação dos níveis estabelecidos para os KRIs, a função CFO - Risk Management, com o apoio da função CFO - Planning & Control, verifica junto aos respectivos Process Owners o motivo da extrapolação do nível de Appetite e/ou do nível de Tolerância ao Risco para os KRIs definidos.

Após identificar os motivadores, o Process Owner deve verificar a necessidade de definição de Plano de Contingência, com objetivo de reduzir a exposição para os níveis definidos de aceitabilidade e compartilhar o acompanhamento dos resultados com a função CFO - Risk Management. A função CFO - Risk Management deve, com o auxílio do Process Owner, apresentar o Plano de Contingência e/ou as devidas justificativas ao ERM Steering Committee para sua validação e, sucessivamente, ao CCR, em caso de extrapolação do nível de Tolerância ao Risco; enquanto que, no caso de extrapolação do nível de Appetite ao Risco o plano deve ser apresentado ao CdA.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### ***Input, output e fornecedores.***

Os *inputs* da “Definição do Contexto”, que confluem na definição do apetite ao risco da companhia e indicadores de tolerância ao risco, são constituídos por:

- Definição do Plano Industrial;
- Indicações dos Process Owner;
- Resultados do Ciclo ERM anterior.

Os *outputs* resultantes desta atividade são:

- Proposta de Risk Appetite e Risk Tolerance;
- Proposta das métricas relativas (KPI);
- Proposta dos níveis de tolerância para os objetivos (KPO).

### **Definição do Universo de Risco e Dispositivos de Mitigação**

O objetivo da "Definição do Universo de Risco e Dispositivos de Mitigação" consiste em definir e atualizar o documento contendo a descrição das principais características de todos os riscos identificados, e dos relativos dispositivos de mitigação.

A função CFO – Risk Management é responsável pela gestão e atualização tanto do Universo de Risco (com frequência anual ou com base em mudanças no perfil de risco) como dos Dispositivos de Mitigação. O Universo de Risco e Dispositivos de Mitigação constituem a base de referência para a implementação das entrevistas com os Process Owners.

Esta fase possui como principal atividade a coleta de inputs necessários para definição/atualização do Universo de Risco, que ocorre da seguinte forma:

- Realização das Entrevistas com os Risk Owners;
- Avaliação do nível de risco inerente;
- Avaliação do nível de monitoramento;
- Avaliação da adequação do status dos dispositivos de mitigação (Gap Analysis);
- Atualização do universo de riscos e validação do Perfil de Riscos.

### **Input necessário para a atividade preparatória para o Risk Assessment**

A função CFO - Risk Management, com base nos inputs fornecidos por Audit e Compliance, nas informações fornecidas pelos *Process Owners* e resultados do ciclo ERM precedente, realiza uma atividade preparatória para identificação e atualização do Risk Universe.

Em detalhe, a função CFO - Risk Management recebe:

- da função Compliance, informações sobre os resultados de suas análises sobre os riscos de “não conformidade” relacionadas ao seu perímetro de análise;
- da função Audit, os resultados dos testes de auditoria com o relativo Plano de Ação, o que poderia levar à identificação de novos riscos ou uma variação na avaliação do nível de monitoramento dos riscos existentes.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disso, a função CFO –Risk Management pode solicitar:

- as diretrizes do Plano Estratégico e contribuições ao Plano pelas principais funções (Exemplo: Business Review, outros...) e a evidência do Plano Industrial assim que estiver disponível;
- eventual esclarecimento sobre as mudanças organizacionais e de mudanças nos processos, no período de referência, para as funções competentes de Human Resources;
- ao CdA e outros Órgãos Colegiados, eventual informação/opinião sobre riscos específicos de particular relevância;
- outras estruturas organizacionais da Companhia, qualquer aspecto relevante, a partir de sua própria competência, em relação à identificação e gestão dos riscos corporativos.

É da responsabilidade dos diferentes atores envolvidos, comunicar à função CFO – Risk Management qualquer atualização/mudança em matéria de documentação/informações fornecidas.

### Identificação/Atualização dos Dispositivos de Mitigação

Cada risco identificado no Universo de Risco é acompanhado do Dispositivo de Mitigação, ou por um conjunto de atividades e regras formais para assegurar o correto funcionamento dos processos, a fim de mitigar os potenciais efeitos dos riscos a estes relacionados.

Cada risco é associado ao mesmo conjunto de dispositivos (padronizado). Estes dispositivos são agrupados nas seguintes categorias:

- **Governance:** Documento de descrição do processo (normativo atual);
- **Avaliação e Monitoramento:** Indicação de um documento onde estejam evidenciadas as atividades de monitoramento e reporte;
- **Tutela:** Definição da modalidade operacional, voltada a gerir os aspectos de:

Potencial comportamento não conforme relacionado ao risco em análise (sob responsabilidade da função de Compliance);

Continuidade das Operações (sob responsabilidade da função de BSO);

Antifraude (sob responsabilidade da função de BSO);

Segurança Lógica (ex. provisão, integridade e disponibilidade dos dados, Cyber Attack) (sob responsabilidade da função de BSO).

A cada dispositivo é atribuído um peso, de tal forma que a soma dos pesos de todos os dispositivos deve ser igual a 100%.

Da soma dos produtos de cada peso atribuído aos dispositivos e seus status, se obtém o nível de monitoramento do risco. Cada risco será classificado como:

- **Não Monitorado:** quando o nível de monitoramento < limiar de monitoramento inferior.
- **Monitorado:** quando o nível de monitoramento >= limiar de monitoramento superior.
- **Parcialmente Monitorado:** quando o nível de monitoramento está compreendido entre os dois limiares.

O Limiar de Monitoramento deve ser definido pela função CFO - Risk Management e apresentado ao Steering Committee ERM quando apresentado o perfil de risco.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### i. os riscos para os quais se busca proteção:

#### a) Talvez não possamos implementar com sucesso nossa estratégia de negócios.

A companhia possui uma estrutura para avaliar e direcionar as estratégias da Companhia bem como mitigar os riscos inerentes a essa estratégia, com a realização de um planejamento estratégico e monitoramento das alterações nos fatores macroeconômicos, regulatórios e de mercado.

A área de Risk Management foi implementada com o objetivo descrito no COSO Report – ERM Integrated Framework 2004, e atualização em 2017, Integrando o risco a Estratégia e Performance da companhia: "O gerenciamento de riscos corporativos é um processo criado pelo Conselho de Administração, Management e outras funções da estrutura empresarial que contribuem para a elaboração das estratégias de toda a organização; é destinado a identificar potenciais eventos que possam afetar os negócios da Companhia, para gerir o risco dentro dos limites aceitáveis e para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos corporativos".

#### b) Enfrentamos concorrência crescente de outros fornecedores e serviços, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

- A Companhia possui um processo de análise de concorrência do mercado, que avalia e monitora o desempenho dos concorrentes e a participação de mercado da Companhia.
- Utiliza de técnicas de realocação de recursos no processo de planejamento (orçamento) também com base nas avaliações de potenciais desvios dos objetivos planejados decorrentes do evento em análise.
- Existência de análise custo-benefício de medidas de confinamento do objetivo planejado.
- Monitoramento e geração de relatórios
- Definição de atividades de monitorização para a resposta ameaças competitivas e relatórios padrão.
- Presença de um fluxo de comunicação interna entre as áreas envolvidas para a análise de ameaças competitivas.
- Definição de procedimentos operacionais para gerenciar aspectos comportamentais potenciais em desacordo quanto ao risco em análise.

#### c) Podemos não conseguir responder à tendência de consolidação no mercado brasileiro de telecomunicações.

A Companhia realiza constantemente análises e estudos estratégicos e regulatórios com vistas identificar e/ou antecipar tais movimentos, bem como para manter seu Conselho de Administração e Diretoria Estatutária a par de eventuais oportunidades ou desafios relativos ao mercado brasileiro.

#### d) Podemos enfrentar dificuldades em responder a novas tecnologias de telecomunicações.

A companhia possui uma estrutura especializada e direcionada para pesquisa e desenvolvimento de inovações e tendências de mercado. Além disso, é realizado anualmente um planejamento de longo prazo sobre os investimentos em rede, definindo os objetivos e metas a serem atingidas.

A definição de investimento na área de tecnologia é feita com antecedência mínima de 3 anos, divulgada sempre no plano Trienal da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**e) Nossas operações dependem da nossa capacidade de operar eficientemente nossos sistemas e controles sujeitos a falhas que podem afetar nossos negócios e nossa reputação.**

A companhia possui procedimentos e práticas de governança dos seus sistemas que são adotados desde a aquisição/desenvolvimento até a gestão dos mesmos. As práticas de governança visam garantir a integridade, confiabilidade e disponibilidade dos sistemas. Adicionalmente, a Companhia possui práticas de monitoramento contínuo da rede, de forma a identificar e responder tempestivamente eventuais falhas, além de um Plano de Resiliência da Rede no qual são direcionadas ações que visam aprimorar a rede e reduzir o risco de falhas.

Ademais, a Companhia possui um plano de infraestrutura dos sistemas para manutenção e aprimoramento, e práticas de monitoramento da operação dos sistemas.

Além disso a área de Garantia da Receita trabalha para garantir a bilhetagem e correto faturamento de todas as chamadas realizadas dentro e para a nossa rede.

**f) Nossos negócios dependem de nossa capacidade de expandir nossos serviços, mantendo a qualidade dos serviços prestados e uma experiência positiva do cliente.**

A Companhia possui um plano de qualidade da rede que direciona as ações necessárias para aprimorar a qualidade e um planejamento de investimentos em rede onde são consideradas as necessidades para expansão dos serviços mantendo o nível de qualidade necessário para atendimento aos clientes. Além disso, existe um Comitê que avalia periodicamente o nível de qualidade da rede, nível de reclamações, nível de satisfação e o andamento das ações de melhoria planejadas.

- Existe um modelo de avaliação de desempenho de investimento para a Companhia, onde são propostas melhorias, com ações eficazes para alteração do quadro caso necessário;
- Procedimento para avaliação de performance e monitoramento em tempo real;
- Existência de área específicas, para atender o órgão regulador.

**g) Enfrentamos vários riscos de segurança cibernética que, se não forem tratados adequadamente, podem ter um efeito adverso em nossos negócios.**

Ferramentas e mecanismos de proteção foram implementados para prevenir a ocorrência de ataques cibernéticos. Como, por exemplo, em 2017 foi melhorado o Network Access Filtering, em 2018 foram implementados o Anti DDOS, DNS Evolution, WAF, Virtual Patching, em 2019 foi implementado um serviço de inteligência para identificação de ameaças, em 2020 foram implementados o Multi Factor Authentication, DLP, Mobile Application Management, análise de vulnerabilidade contínua em grande escala; em 2021 foram implementados a Plataforma de Divulgação Responsável (Bug Bounty), Proxy baseado em nuvem e nova plataforma PAM baseada em nuvem. Por se tratar de um tema em constante evolução, em que há uma evolução permanente dos mecanismos utilizados para romper a nossa proteção, novas ferramentas e mecanismos de proteção estão em desenvolvimento ou em implementação.

Além disso, foi realizado um reajuste de governança no processo de prevenção a ataque cibernético com a implementação de novos procedimentos (por exemplo, ICT Risk Management, Detecção e Prevenção de Invasão, Política de Senhas), novos controles e investimentos na prevenção, tratamento de incidentes e equipes de monitoramento.

A TIM S.A conduz suas atividades com base na ISO 27001 - norma internacional que descreve as melhores práticas para a gestão de segurança da informação - e NIST (Cyber Security Framework) que apoia a gestão e redução do risco de segurança cibernética. Em 2020, a função de Cyber & ICT Security realizou



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

uma avaliação dos requisitos de certificação, identificando um nível de conformidade já superior a 90% dos requisitos, e fará os ajustes necessários para obter a certificação em 2022.

**h) Certos acordos de dívida de nossa subsidiária contêm cláusulas financeiras e qualquer inadimplemento de tais contratos de dívida pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e fluxos de caixa.**

A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (86% do total), sendo aproximadamente 33% composta por empréstimos em moeda estrangeira (USD e EUR), totalmente protegida por hedge para moeda local.

O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 9,5% a.a em 2021, comparado com 2,5% a.a. em 2020.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,39x em 2021, uma redução comparada aos 0,67x de 2020.

A política austera dos níveis de endividamento permite a Companhia maior flexibilidade no seu balanço.

**i) Devido à natureza de nossos negócios, estamos expostos a inúmeras ações judiciais, reclamações de consumidores e processos tributários.**

A Companhia possui estruturas e processos especializados no tratamento de ações judiciais e processos tributários. Realiza monitoramento das ações judiciais em andamento e possíveis impactos. Além disso, é realizado um trabalho preventivo, direcionando a corrigir/alterar práticas que possam estar causando um maior número de ações judiciais. Adicionalmente, a Companhia realiza ações para melhorar a experiência do cliente com o objetivo de diminuir as reclamações dos consumidores.

**j) Qualquer modificação ou rescisão de nossa capacidade de usar o nome comercial “TIM” poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.**

Vide item licenças sobre o uso da marca.

**k) Estamos sujeitos ao risco de crédito relacionado aos nossos clientes.**

A companhia possui mecanismos de análise e monitoramento do nível de crédito e inadimplência, com indicadores e limites pré-determinados, que são periodicamente reportados a diretoria. Além disso a Companhia possui políticas definidas para concessão de crédito adequadas com os perfis dos clientes.

Além disso, disponibilizamos em nosso portfólio um plano híbrido entre o pré e pós pago onde o risco de inadimplência é atrelado ao cartão de crédito que possui um nível maior de *balance score card*.

**l) Podemos estar sujeitos a responsabilidade relacionada à terceirização de determinadas funções para provedores de serviços terceirizados.**

A Companhia possui processo de análise para terceirização e internalização de serviços, que verificar aspectos operacionais e trabalhistas. Além disso, é realizado acompanhamento pós terceirização, de forma a verificar a adequação aos objetivos estipulados, visando mitigar os riscos para a Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- m) Dependemos de fornecedores principais, certos insumos e relações contratuais com outros provedores de telecomunicações que são críticos para nossa capacidade de fornecer serviços de telecomunicações a nossos clientes.**

Dentre os procedimentos de avaliação dos fornecedores é realizada a análise do nível de dependência do fornecedor. Ademais, é realizado um monitoramento dos fornecedores chave, de forma a proteger a Companhia da dependência e buscar possíveis alternativas.

- n) Nossa infraestrutura pode ser danificada como resultado de desastres naturais ou outros eventos inesperados.**

A companhia possui práticas e processos que visam garantir a continuidade das operações em eventos de crise, com atividades, responsabilidades e fluxo de comunicação definidos. Estão incluídos processos definidos de recuperação das informações, provendo agilidade no retorno das operações.

Além disso, a Companhia possui um monitoramento sobre as licenças e alvarás, de forma a estar com a documentação atualizada, visando assegurar que a infraestrutura está protegida contra certos tipos de desastres como incêndio e explosões.

- o) Usamos previsões de demanda para fazer investimentos, no entanto essas previsões podem, em última instância, ser imprecisas devido à volatilidade econômica e resultar em menores receitas do que o esperado.**

A companhia possui processos estruturados para auxiliar no processo de tomada de decisão na alocação de recursos para investimentos, bem como o monitoramento dos indicadores relacionados ao retorno em relação aos seus objetivos estratégicos. A Companhia possui ainda um Procedimento Operacional, aprovado pela Diretoria Executiva, relativa a Projetos de Investimentos.

- p) Nossos processos de governança e conformidade podem falhar em evitar penalidades regulatórias e danos à reputação.**

Cada área de negócios é responsável por garantir os controles de 1º nível. Além disso, a companhia possui uma estrutura de controle de 2º nível, correspondente às funções de Compliance e CFO - Risk Management, com foco em mitigar as falhas de governança e possíveis não conformidades. Adicionalmente, a existência de uma função específica para tratamento de temas regulatórios. Ainda, a companhia conta com uma função de 3ª linha de defesa, representada por Audit.

A Companhia possui ainda políticas e práticas anticorrupção, incluindo a realização de treinamentos, disseminação do código de ética e conduta e a disponibilização de canal de denúncias.

- q) A Anatel nos classificou como um grupo econômico com poder de mercado significativo em alguns mercados e agora estamos sujeitos a maior regulamentação.**

A Companhia possui uma estrutura e procedimentos para monitoramento e avaliação das regulamentações existentes e prospecção e antecipação a possíveis alterações nas regulamentações ou criação de novos regulamentos.

- r) Como fornecedores de telecomunicações, estamos sujeitos a extensas obrigações legais e regulatórias no desempenho de nossas atividades, o que pode limitar nossa flexibilidade em**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**responder às condições de mercado, concorrência e mudanças em nossa estrutura de custos ou com as quais podemos não estar em conformidade.**

Item relacionado ao item “q”.

**s) O governo brasileiro, sob determinadas circunstâncias, pode rescindir nossas autorizações ou podemos não receber renovações de nossas autorizações.**

Vide item “e” / “q”.

**t) Riscos à saúde reais ou percebidos ou outros problemas relacionados à tecnologia de telecomunicações móveis podem levar a litígios ou diminuição do uso de comunicações móveis, o que poderia prejudicar a nós e à indústria móvel como um todo.**

A Companhia possui políticas e práticas para atender aos limites de emissão eletromagnética impostos pela legislação brasileira, que permitem o correto cálculo e instalação dos equipamentos e antenas.

**u) Nosso acionista controlador tem poder sobre a direção de nossos negócios.**

Em 2011, nossos acionistas aprovaram nossa adesão às normas do Novo Mercado e a transferência de negociação das ações emitidas por nós ao Novo Mercado. A fim de nos juntarmos ao Novo Mercado, celebramos um Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3 (BM&FBOVESPA). Através deste contrato, que entrou em vigência em 27 de julho de 2011, fomos obrigados a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Além disso, a partir dessa data, nossas ações começaram a negociação no Novo Mercado, segmento da B3 (BM&FBOVESPA).

De acordo as Normas do Novo Mercado, não somos permitidos a emitir as ações preferenciais, bônus de participação ou qualquer tipo de ações com direitos de voto restritos. Como parte de nossa migração ao Novo Mercado, segmento de registro da B3 (BM&FBOVESPA), nossas ações preferenciais deixaram de negociar em 2 de agosto de 2011. Em 4 de agosto de 2011, nossas ADs representando as ações preferenciais deixaram de serem comercializadas na NYSE. A partir de 3 de agosto de 2011, tínhamos apenas ações ordinárias comercializadas no Novo Mercado, segmento de registro da B3 (BM&FBOVESPA), usando o código “TIMP3” e partir de 5 de agosto de 2011, nossas ADSs representando as cinco ações ordinárias, em vez de dez ações preferenciais, começaram a serem negociadas na NYSE.

Desde o registro da extinta TIM Participações S.A., incorporada em 31 de agosto de 2020 pela TIM S.A, no Novo Mercado em julho de 2011, somos a única sociedade no setor brasileiro de telecomunicações registrada neste segmento da B3 (BM&FBOVESPA). Como parte de nosso registro no Novo Mercado, somos obrigados a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Como parte de nosso forte compromisso com esses princípios, disponibilizamos nossas assembleias dos resultados financeiros do exercício financeiro de 2015 por teleconferência, smartphone e tablet, além de computador. Acreditamos que o registro no Novo Mercado fornece a maior liquidez e valor de nossas ações e nos permitir maior acesso aos mercados internacionais, promove o fortalecimento de nossa imagem corporativa e aumenta a confiança em nós, além de reafirmar o compromisso a longo prazo da Telecom Italia Group no Brasil.

Acreditamos que o registro no Novo Mercado também se alinha aos interesses entre nossos acionistas controladores e minoritários quanto aos direitos de voto, direitos de venda conjunta e política de dividendo.

O maior sinal deste alinhamento entre os interesses dos acionistas controladores e minoritários é a presença da garantia de 100% de *tag along* para os nossos acionistas minoritários

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- v) As futuras aquisições ou investimentos em outras empresas, produtos ou tecnologias podem exigir uma atenção significativa na gestão, atrapalhar o nosso negócio, diluir o valor do acionista e afetar negativamente os nossos resultados operacionais.**

O processo de M&A é norteado por normativo de grupo (italiana) e da Tim Brasil. Dado a heterogeneidade dos diferentes tipos de operações (aquisições, alienações, fusões, joint ventures, alienação de unidades de negócio, presença de múltiplas contrapartes, restrições de confidencialidade etc.) os processos de M&A devem se adaptar caso a caso, como por exemplo, antecipando / adiando certas fases ou atividades, mas sempre respeitando os princípios gerais de controle interno do Modelo Organizacional da TIM S.A. contendo e mantendo princípios basilares, como a segregação de funções, a rastreabilidade dos atos e decisões e a devida conformidade com os vários níveis de aprovação.

Os processos de M&A, pela sua natureza, devem ser adaptados a diferentes tipos de estrutura que possam surgir, tendo em consideração a necessidade de ativar diferentes funções, que podem ser diferentes de projeto para projeto, e que sejam progressivamente envolvidos no progresso das atividades. Desta forma, é necessário criar grupos de trabalho multidisciplinares com o objetivo de:

- Assegurar a contribuição dos diferentes conhecimentos especializados necessários para cada projeto, mantendo uma abordagem coordenada para garantir uma visão unificada;
- Promover a eficiência, formando um único núcleo transversal de competências/habilidades especializado que permite uma seleção eficaz dos projetos a serem desenvolvidos;
- Assegurar o controle dos riscos através da função relevante.

Todo o processo é realizado em conformidade com as disposições do Programa Anticorrupção TIM, e em particular para as joint ventures e aquisições, deve ser ativado um processo de due diligence anticorrupção para avaliar qualquer tipo de fator de risco.

Finalizada a fase de avaliações, deve ser elaborada a proposta operacional para solicitação das aprovações necessárias, como CAC e CdA. Em seguida a proposta deve ser apresentada a Contraparte e em caso de negociação bem sucedida, deve ser submetida à aprovação do CADE e ANATEL.

- w) Quaisquer aquisições, parcerias ou joint ventures que façamos ou participemos podem atrapalhar o nosso negócio e prejudicar a nossa condição financeira.**

Idem item “u”.

- x) Enfrentamos vários riscos relacionados à pandemia da COVID-19, outras epidemias e surtos de saúde, que podem ter efeitos adversos significativos em nosso negócio, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa.**

A Companhia possui uma Equipe de Crise Operacional, que tem reuniões regulares, nas quais analisa os incidentes que possam afetar a continuidade dos negócios e suas respectivas respostas, se reuniu diariamente nos primeiros meses de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Nós respondemos rapidamente à pandemia adotando a modalidade de home office em âmbito nacional para 100% dos colaboradores diretos cujas atividades são passíveis de execução remota. A atuação das equipes de manutenção da infraestrutura passou a ser orientada pelo Plano de Contingência e Mitigação de Riscos para preservação da saúde dos colaboradores e continuidade operacional. Adicionalmente, a companhia adota ferramentas e softwares que flexibilizam o trabalho remoto em qualquer momento, como utilização de plataformas em nuvem, VPN, além de distribuição de notebooks, aparelhos móveis e chip de dados para seus colaboradores.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Empresa está continuamente monitorando a evolução da situação e avaliando de perto o impacto do COVID- 19 em seus negócios. Também monitorando continuamente as respostas do governo e o desempenho econômico do país e acreditamos que uma prolongada desaceleração nas condições econômicas locais, regionais ou globais podem afetar os negócios da Empresa.

Com foco no bem estar, saúde e segurança de nossos trabalhadores, a TIM realizou pesquisas frequentes para acompanhar as necessidades dos empregados em relação aos processos de gestão de pessoas, o pacote de benefícios foi adaptado para a situação de home office, foram aplicadas pesquisas para mapear colaboradores e familiares integrantes de grupos de risco, segundo regras técnicas do CDC (Centers for Disease Control and Prevention), foi implantado atendimento médico por meio da Telemedicina, junto com os planos de saúde e em parceria com um dos principais hospitais do país, foram realizados testes de Covid-19, principalmente nas lojas, para identificação de colaboradores contaminados e o atendimento do Programa de Apoio Pessoal foi estendido para 24 horas, durante todos os dias da semana, para funcionários e familiares. Além disso, a TIM apoiou projetos voltados para a busca de soluções em prevenção e combate a Covid-19

**y) O uso indevido de nossas redes pode afetar adversamente nossos custos e resultados de operações**

Exposição à ataques cibernéticos – conforme risco e processos mitigatórios descrito no item “g”.

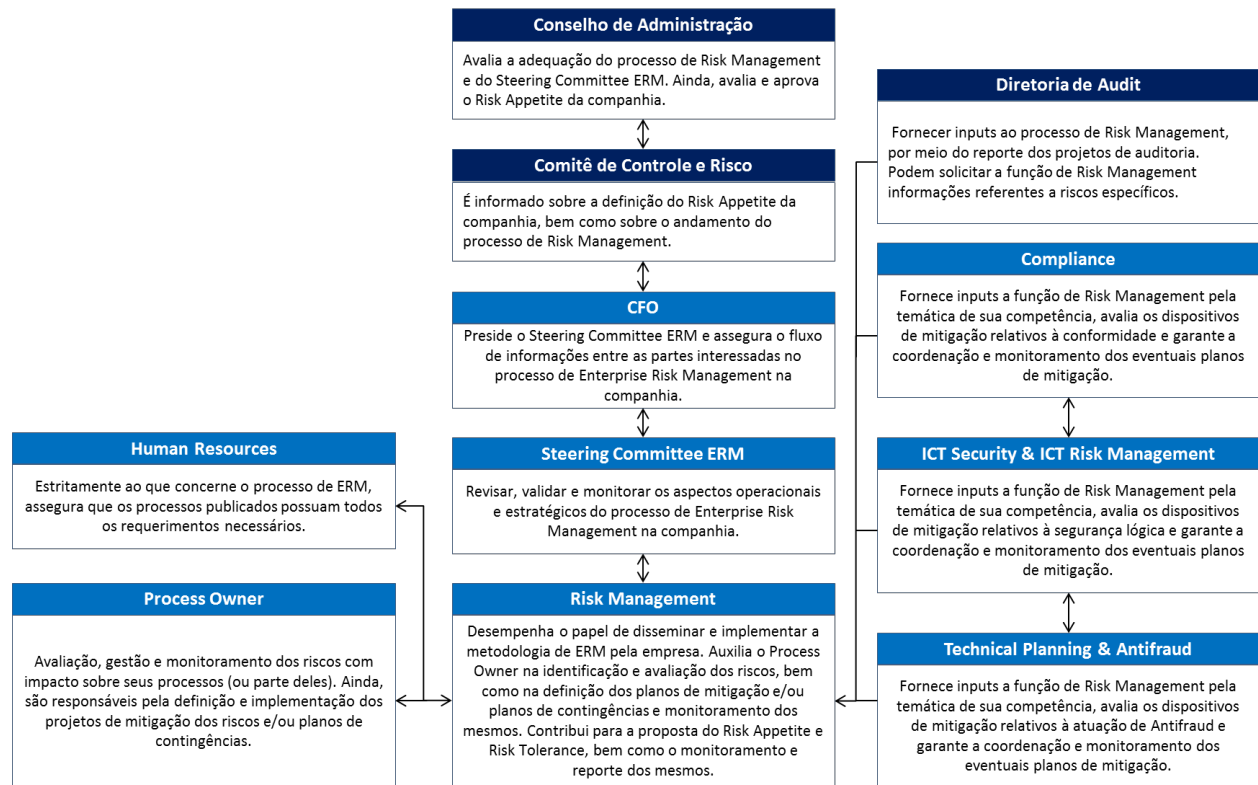
**z) Podemos ser incapazes de implementar nossos planos para expandir e melhorar nossas redes existentes no Brasil de maneira oportuna ou sem custos imprevistos, o que poderia dificultar ou impedir a implementação bem-sucedida de nosso plano de negócios e resultar em receita e lucro líquido inferiores ao esperado**

O processo para implementação, expansão e manutenção de redes é normatizado de forma a garantir a eficácia dos processos de infraestrutura. Empregamos controles estruturados, ferramentas e procedimentos para cumprir prazos e evitar impactos em nossos negócios e resultados operacionais.

São realizadas verificações de oportunidade de melhoria indicando a necessidade de inclusão ou exclusão de grupos de Network Elements, além de análise de probabilidade e impacto e atualização do mapa de risco de acordo com dados levantados para classificar possíveis falhas (redundância local e/ou geográfica e obsolescência do software e/ou do hardware) de cada equipamento, conectividade ou da infraestrutura que provê a disponibilidade da rede da TIM.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



**c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Vide item 5.1 a. acima, no subitem “2 - Atores do processo ERM”.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de proteção de riscos financeiros para as operações de empréstimos, financiamentos e demais contratos que possam ensejar riscos cambiais embutidos (quando relacionados a contratos comerciais). Um dos objetivos do normativo é definir as diretrizes gerais a serem seguidas no que diz respeito à implementação de mecanismos de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado relacionados à variação cambial e/ou exposição a taxas de juros. Tal política foi verificada e aprovada em 16/10/2020 pelas Diretorias Financeira, de Recursos Humanos, e de Compliance e permanece válida desde então.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

A utilização de instrumentos financeiros tem o objetivo exclusivo de proteção patrimonial. Não é adotada a política contábil de *hedge accounting* devido às características dos instrumentos financeiros utilizados que, em sua grande maioria, envolvem parâmetros (taxas) pós-fixados.

Síntese da política de proteção de riscos financeiros e não financeiros

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de empréstimos, financiamentos ou contratos comerciais em moeda estrangeira e/ou atrelados à índices de preços com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais e de taxas.

Para a contratação de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira ou em moeda nacional atrelados à índices de preços pós fixados, a contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial e/ou taxas deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Já nas negociações de contratos comerciais, a área de Suprimentos deve compartilhar com a área de Finanças detalhes contratuais que expõem a Companhia a determinado risco financeiro oriundo de exposição cambial. Caberá às áreas de Finanças e Suprimentos, a análise conjunta da melhor estratégia de proteção de risco.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating, disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos. São monitoradas ainda, pelas áreas de Finanças e Compliance, as informações de cunho reputacional destas instituições de forma a salvaguardar a Companhia dos riscos de imagem relacionados.

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir: A companhia atualmente possui apenas operações de Swap "Plain Vanilla".

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Total do passivo		208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Derivativos usados para hedge	-	208.787	208.787

**c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da Efetividade da política adotada**

As decisões de execução e contratação de *hedge* obedecem a normas e políticas estabelecidas pela nossa Administração, em especial a Política de Proteção de Riscos Financeiros e não Financeiros nas Operações de Empréstimos, Financiamentos e Demais Contratos – sob a responsabilidade da Diretoria Financeira.

Segundo esta política, a contratação de operações de *hedge* contra exposição cambial e de taxas geralmente deve ocorrer simultaneamente à contratação do empréstimo ou financiamento que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado é próximo ou igual a 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

No caso de exposição à taxa de juros flutuantes externos, a política solicita a contratação de proteção contra possíveis altas, através do estabelecimento de swaps ou outro derivativo que melhor se aplique às condições do momento. Também deve-se buscar nível de cobertura próximo ou igual a 100% do risco tanto em prazo quanto em valor, sendo certo que qualquer exceção deve ter aprovação prévia do Diretor Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os empréstimos e financiamentos da Companhia encontram-se totalmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de Swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de Swap são registrados no resultado da Cia.

Pelo fato de grande parte das disponibilidades das empresas do grupo serem remuneradas pelo CDI, a regra geral é que estes riscos devem ser 100% transformados em exposição a CDI.

Na hipótese de haver pouca liquidez para hedge de determinada taxa de juros (Ex.: TJLP, TR, TLP) ou para hedge de taxa pré-fixada para prazos longos, tornando a cobertura demasiadamente cara, cabe a alternativa de acompanhamento do mercado de forma a aproveitar momento mais adequado para a contratação do hedge, levando-se em conta principalmente o fator custo da operação.

Após cada operação de empréstimo e/ou financiamento em moeda estrangeira contratada, ou após qualquer operação de derivativos, a área de Tesouraria emite relatórios gerenciais mostrando o enquadramento da posição de *hedge* à Política (mencionada acima). Tais processos / controles são revisados periodicamente pela área de *compliance* de controles internos (SOX) e auditados por nossos auditores externos.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

A administração da TIM S.A. é responsável por estabelecer e manter uma estrutura integrada e adequada de controles internos que se adapte aos ambientes operacionais e corporativos da Companhia, contribuindo para a redução de riscos a níveis aceitáveis e apoie a administração na tomada de decisões estratégicas e de governança da Companhia.

O Sistema de Controle Interno foi estruturado e implementado visando fornecer uma garantia razoável quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Devido a TIM S.A. possuir ações cotadas na NYSE (*New York Stock Exchange*) como Emissora estrangeira (*Foreign Issuer*), a Companhia também realiza ações que visam garantir a cobertura das exigências da Lei americana Sarbanes Oxley (*Sarbanes Oxley Act, 2002*) sobre seu Sistema de Controle Interno.

Desde de 2006, a Companhia utiliza uma ferramenta sistêmica que baseia-se na estrutura de controles internos estabelecida no *Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (CoSO)*.

A empresa tem por objetivo melhorar constantemente a qualidade dos seus controles internos. Isso pode resultar na modificação de determinados processos e operações, sem afetar necessariamente os controles relacionados. Durante este período, não houve quaisquer alterações em nossos processos, que tenham materialmente afetado ou que possa vir a afetar significativamente o Sistema de Controle Interno da Companhia.

Ressaltamos que, todo o Sistema de Controle Interno, não importa quão bem concebido seja, possui limitações inerentes e pode fornecer apenas uma garantia razoável de que os objetivos do Sistema de Controle Interno são atendidos.

A Administração avaliou seus controles internos sobre os relatórios financeiros, sob a supervisão do Diretor Presidente (CEO), e Diretor Financeiro (CFO), em 31 de dezembro de 2021, levando em consideração os critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (CoSO)* e concluiu que o seu Sistema de Controle Interno é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

No âmbito de Tecnologia, a Companhia age na ótica *risk-based* (também em coerência com as abordagens mais avançadas para gerenciamento de risco corporativo). Os componentes relativos à segurança de tecnologia da informação são constituídos utilizando como principais referências os *frameworks Control Objectives for Information and Related Technologies (COBIT)* versão 5.0 e *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)*, bem como os padrões ISO/IEC 38500 e ISO/IEC 27001.. O processo de gestão de Compliance e dos riscos tecnológicos visam a melhoria contínua do nível de risco corporativo, favorecendo programas de adequação dos processos de negócios, da infraestrutura tecnológica e a definição de prioridades de intervenção, dependendo do nível de risco e da criticidade das áreas operacionais envolvidas. Para este fim, o Compliance Tecnológico opera em consonância com o princípio de transparência e a conscientização sobre riscos relacionados com a utilização de tecnologia e aos processos de segurança da informação, com particular atenção para quaisquer deficiências identificadas e o andamento de seus processos de adequação.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### b) As estruturas organizacionais envolvidas

A TIM S.A. possui estruturas organizacionais envolvidas nas práticas de controles internos, com o objetivo de fornecer uma garantia razoável quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras.

#### **Conselho de Administração - CdA:**

A missão da Administração é endereçar para avaliação e mitigação os riscos identificados pelas áreas de negócio da Empresa, garantindo que os objetivos e as metas da Empresa sejam alcançados respeitando a lei e os princípios de ética e de segregação de função.

Dentre as atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração da Companhia:

- a) estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre questões estratégicas;
- b) aprovar políticas de gestão de riscos, código de ética e de conduta e conflito de interesses.
- c) fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores; e
- d) aprovar a criação de Comitês, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, além de outras matérias de interesse da Companhia, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos.

#### **Comitê de Auditoria Estatutário – CAE:**

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos a controles internos e gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes. Na execução de suas responsabilidades, o CAE manterá relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, as auditorias, interna e independente e com o Conselho Fiscal da Companhia.

No que tange aos controles internos, dentre outras atribuições, cabe ao CAE:

- a) escolher, destituir e supervisionar os auditores independentes.
- b) supervisionar as atividades desempenhadas pela auditoria interna
- c) supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos.
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia
- e) avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia.

#### **Comitê de Controle e Riscos (CCR):**

- a) recomendar a adoção pelo Conselho de Administração de medidas de controle interno das atividades desempenhadas pela Diretoria, bem como opinar sobre a atribuição de novas funções aos Diretores;
- b) monitorar o cumprimento e a atualização periódica das regras de Governança Corporativa;
- c) recomendar procedimentos para melhor fiscalizar a gestão dos Diretores;
- d) tomar conhecimento do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- e) aprovar e monitorar o plano de trabalho da Área de Compliance;
- f) rever e avaliar os relatórios periódicos, destinados à avaliação do sistema de controle interno e gestão de riscos, bem como os relatórios periódicos das funções de Auditoria Interna (Internal Audit) e da Área de Compliance;
- g) solicitar informações à Diretoria sobre processos ou questões específicas da Companhia e/ ou de suas sociedades controladas, sempre que julgar apropriado;
- h) supervisionar e acompanhar as questões de responsabilidade social corporativa; e
- i) analisar outras matérias ligadas ao controle interno da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### CEO – Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe, para tanto, organizar e coordenar as atividades dos demais Diretores e supervisionar a avaliação de controle interno realizada anualmente pela Administração no que tange à garantia razoável quanto ao atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como quanto à integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras.

### Áreas de Negócio

No âmbito de controles internos, competem às áreas de negócio:

- a) atualizar a documentação dos processos de negócio;
- b) definir plano de ação e implementá-lo para mitigação de qualquer vulnerabilidade relevante identificada em suas operações; e
- c) realizar a autoavaliação de seus controles internos de forma completa, adequada e transparente.

### Diretoria de Compliance

No âmbito de controles internos, a Diretoria de Compliance é responsável pela gestão do Sistema de Controle Interno, Programa de Anticorrupção, Código de Ética e de Conduta, Partes relacionadas, conflito de interesses, Tecnologia e Segurança da Informação e Certificação SOx, reportando periodicamente os avanços ao CAE e CCR, comitês vinculado ao Conselho de Administração da Companhia e tem como objetivo conduzir, anualmente, o processo de Certificação de Controles Internos & SOx na TIM S.A.

- a) monitorar, periodicamente, o desenho e a eficácia dos controles, propondo melhorias nos processos, com foco na redução da vulnerabilidade do Sistema de Controle Interno;
- b) auxiliar as áreas de negócio no desenvolvimento de planos de ação para aprimoramento do Sistema de Controle Interno, visando sempre que possível automatização de processos e controles;
- c) auxiliar as áreas de negócios no monitoramento preventivo da conformidade com vistas a assegurar o cumprimento de certificações, contratos, termos de compromisso, relatórios, legislação e normas; e
- d) disseminar a cultura de controles internos e conformidade na Companhia.

### Risk Management

Subordinada diretamente ao CFO da empresa, é responsável por definir os critérios de risco corporativo da TIM S.A., gerenciar ferramentas de apoio à avaliação dos riscos, dar suporte às funções na identificação do perfil de risco em relação às diretrizes corporativas, no desenvolvimento do *GAP Analysis*, bem como no alinhamento com as funções envolvidas, realizando o monitoramento da implantação das ações de mitigação dos riscos.

### Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, complementa a avaliação da eficácia dos controles internos (em nível de entidade, processos de negócio e de tecnologia da informação), reportando os resultados ao CAE, incluindo a conformidade com as políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.

### **c) Se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando os cargos das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:**

Como parte do processo de certificação anual do Sistema de Controle Interno, a TIM S.A. realiza a revisão dos controles sob a supervisão do Presidente Executivo (CEO), Diretor Financeiro (CFO), Diretor de Compliance e do CAE, colegiados ao Conselho de Administração da Companhia, bem como a execução dos testes de eficácia visando avaliar a efetividade do Sistema de Controle Interno.

Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutária (CAE) supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Administração e pelos auditores independentes, através de reuniões

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

periódicas para apresentação dos resultados do trabalho da Gerência Executiva de Governança de Processo, Risco de Negócios e Controles Internos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos.

**d) As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Não houve recomendações no relatório do auditor independente que pudesse impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**e) Comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

Não foram detectadas deficiências significativas pelos auditores independentes na avaliação do Sistema de Controle Interno nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, demonstrando o alto nível de maturidade do ambiente de controles da Companhia. Vale destacar que encerramos o ano fiscal de 2021 mantendo o menor número de deficiências identificadas por revisores externos na história da Companhia. Isso reforça o compromisso e esforço da Administração com o processo de Gestão de Riscos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.**

As diretrizes e orientações atreladas aos princípios, valores e condutas esperadas da TIM, seus integrantes, terceiros, parceiros de negócio, fornecedores/prestadores de serviços que tenham relações comerciais e negociais com empresas do Grupo TIM Brasil ou aqueles que atuem em nome das empresas do Grupo, são dispostas no Código de Ética e de Conduta e na Política Anticorrupção da TIM S.A. Importante destacar que os compromissos assumidos pela Companhia nos documentos supramencionados estão em linha com as melhores práticas e com os princípios constantes do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, aderido pela TIM em 2008.

O monitoramento da aderência dos processos internos aos princípios, valores e condutas esperadas ocorrem trimestralmente, conforme dispõe o Modelo Organizacional da TIM S.A, instituído com base na análise dos processos e das relações corporativas públicas ou privadas, sensíveis a todas as normas de anticorrupção, incluindo a Lei Federal nº 12.846/2013, que aborda a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública e/ou privada; nacional ou estrangeira. Esse modelo é parte integrante do Programa de Compliance do Grupo Telecom Italia e atende às disposições do Decreto Legislativo da Itália nº 231/01, da Lei Anticorrupção e de normas internacionais sobre o tema, como a *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e a *UK Bribery Act*. O reporte dos 20 processos observados pelo Modelo Organizacional é realizado à alta liderança e aos conselheiros, que tomam ciência e monitoram os andamentos das medidas de controle e seus respectivos planos de ação para melhoria dos processos internos, a fim de garantir ao ambiente de negócio o máximo controle, prevenção e mitigação dos riscos de corrupção.

Em paralelo ao risco atrelado à corrupção, a Diretoria de Compliance orienta e monitora questões atreladas à Due Diligence de Fornecedor, Conflito de Interesse e contratação com Parte Relacionada.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Diretoria de Compliance, que tem como missão assegurar as conformidades dos processos empresariais ao quadro normativo (interno e externo), atua de modo independente, reportando-se ao Conselho de Administração – paralelamente ao reporte formal, a Diretoria de Compliance reporta-se funcionalmente à Direzione Compliance do Grupo Telecom Italia, visando, não apenas resguardar a coerência com as operações/direcionamentos da matriz, mas, também, a integridade e independência do monitoramento. O reporte ao Conselho de Administração ocorre mensalmente e compreende o andamento dos trabalhos executados pela Diretoria de Compliance (ex.: gerenciamento do Canal de Ética e Compliance e do Canal de Conflito de Interesse; Due Diligence de Fornecedores; testes atrelados ao Modelo Organizacional etc.). Nesse sentido, considerando as atribuições do Conselho de Administração, os documentos institucionais, especificamente, Código de Ética e de Conduta, Modelo Organizacional, Política Anticorrupção e Política de Conflito de Interesse foram aprovados pelo referido Conselho – 24/03/2021, 09/02/2021, 10/12/2020 e 29/07/2020, respectivamente.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se, e com que frequência, os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e de Conduta da Companhia é aplicável a todos os órgãos sociais, administradores, colaboradores, executivos de todas as empresas do Grupo TIM Brasil, bem como pelos terceiros, parceiros de negócio e fornecedores/prestadores de serviços que tenham relações comerciais e negociais com empresas do Grupo TIM Brasil e todos aqueles que atuam em nome das empresas do Grupo TIM Brasil. Cabe destacar que conforme normativo interno, todos os contratos celebrados pela Companhia devem conter cláusula de *Compliance*.

Conforme previsto em seu Código de Ética e de Conduta, a TIM promove e dissemina o conhecimento do referido Código aos seus destinatários, disponibilizando-o a todos – o Código de Ética e de Conduta está disponível na intranet corporativa e no sítio eletrônico da TIM: <https://www.tim.com.br/rj/sobre-a-tim/institucional/codigo-de-etica> – e aplicando aos colaboradores, administradores e executivos treinamentos obrigatórios para a correta compreensão dos princípios e valores. Além desse treinamento, os executivos e colaboradores devem realizar o treinamento obrigatório atrelado à Política Anticorrupção da TIM S.A.

O Código de Ética e Conduta prevê a possibilidade de aplicação de sanções em caso de descumprimento do mesmo, sendo os respectivos casos analisados pelas Funções de Recursos Humanos e Jurídica, que discutem o tratamento que será dado aos casos sob análise.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

É interna a gestão do Canal de Denúncias por funcionários próprios da TIM S.A. O sistema é independente (de fornecedor específico); as denúncias são armazenadas externamente (cloud) para ter a independência e transparência.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O objetivo do Canal de Denúncias é o de fortalecer a cultura de denúncias internas e externas, proporcionando e incentivando qualquer pessoa que tenha relações com a empresa ou que seja conhecedora de situações desabonadoras, a exercer o papel não só de cidadão, mas também de vigilante da conformidade. Apurar, através da aplicação de metodologias definidas, denúncias de irregularidades, fraudes e crimes praticados por seus empregados, prestadores de serviços, fornecedores e clientes.

A fim de fortalecer os pilares de governança corporativa, com base nos princípios da transparência e confidencialidade, a TIM disponibilizou para o público interno e externo, o “Canal de Denúncias”, no formato bilingue (português e inglês), cujo acesso poderá ocorrer tanto pela Intranet Corporativa quanto pela Internet ([tim.com.br](http://tim.com.br) e [ri.tim.com.br](http://ri.tim.com.br) > Governança > Canal de Denúncias).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

É preciso reforçar que nenhuma consequência adversa poderá incidir sobre aqueles que efetuarem uma denúncia sobre eventuais situações de desrespeito aos documentos normativos internos vigentes da Companhia e Legislação vigente, sendo também assegurado ao denunciante o sigilo de sua identidade em caso de denúncias identificadas, exceto, em casos em que a lei dispuser ao contrário. Esta prerrogativa não afasta, entretanto, a tomada de decisão da Companhia no âmbito da gestão de pessoas, no que se refere à aplicação de medidas disciplinares e de rescisão do contrato de trabalho por motivos diversos.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A gestão do Canal de Denúncias da TIM Brasil é realizada pela Função Audit, além desta Função também monitorar os resultados a fim de detectar eventuais fragilidades no sistema de controle interno e da gestão dos riscos.

O recebimento e armazenamento das denúncias, e suas respectivas documentações e quaisquer novas informações necessárias, se dá por intermédio de sistema administrado por fornecedor independente, em que somente e exclusivamente os funcionários da Função Planning Forensic & Special Audit Projects (Canal de Denúncias) deverão ter acesso por meio de login e senha próprios.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia possui um Procedimento Organizacional, aprovado por sua Diretoria Executiva, aplicável às designadas "operações inorgânicas", ou que se referem a investimentos ou alienação de participações, incluindo também as fusões, cisões e alienações/transferências de unidades de negócios, aquisições ou alienações de ativos, incluindo, mas não limitando-se à infraestrutura, joint ventures e parcerias com características de operações extraordinárias.

A função CSO tem a responsabilidade de assegurar, no Grupo TIM Brasil, a identificação das oportunidades e os estudos de viabilidade preliminares, tanto do ponto de vista do negócio como do "fit" estratégico das novas iniciativas, em coordenação com as funções competentes da companhia.

As atividades descritas no aludido Procedimento são realizadas em conformidade com as disposições do Programa Anticorrupção TIM, e em particular, para as joint ventures e aquisições deve ser realizado um processo de *due diligence* anticorrupção para avaliar qualquer tipo de fator de risco de corrupção (designado como "*red flag*").

Adicionalmente, quando aplicável, deve ser adotado o Modelo Organizacional da TIM S.A e o Programa Anticorrupção como parte integrante das atividades pós-aquisição.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Resposta: Não aplicável.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5. Alterações significativas**

A companhia entende não haver outras informações relevantes que não divulgadas anteriormente.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a incorporação da TIM Participações, que até a data da assembleia era de companhia controladora, pela TIM S.A. Desta forma, buscando manter documentado as informações da companhia após o ato societário, segue abaixo o histórico sobre gerenciamento de riscos e controles internos refere a TIM Participações S.A:

A área de Risk Management foi implementada com o objetivo descrito no COSO Report-ERM Integrated Framework 2004, e atualização em 2017, Integrando o risco a Estratégia e Performance da companhia: "O gerenciamento de riscos corporativos é um processo criado pelo Conselho de Administração, Management e outras funções da estrutura empresarial que contribuem para a elaboração das estratégias de toda a organização; é destinado a identificar potenciais eventos que possam afetar os negócios da Companhia, para gerir o risco dentro dos limites aceitáveis e para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos corporativos".

Em 2011, os acionistas da TIM Participações S.A aprovaram nossa adesão às normas do Novo Mercado e a transferência de negociação das ações emitidas por nós ao Novo Mercado. A fim de nos juntarmos ao Novo Mercado, celebramos um Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3 (BM&FBOVESPA). Através deste contrato, que entrou em vigência em 27 de julho de 2011, fomos obrigados a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Além disso, a partir dessa data, nossas ações começaram a negociação no Novo Mercado, segmento da B3 (BM&FBOVESPA).

De acordo com as normas do Novo Mercado, não somos permitidos a emitir as ações preferenciais, bônus de participação ou qualquer tipo de ações com direitos de voto restritos. Como parte de nossa migração ao Novo Mercado, segmento de registro da B3 (BM&FBOVESPA), nossas ações preferenciais deixaram de negociar em 2 de agosto de 2011. Em 4 de agosto de 2011, nossas ADs representando as ações preferenciais deixaram de serem comercializadas na NYSE. A partir de 3 de agosto de 2011, tínhamos apenas ações ordinárias comercializadas no Novo Mercado, segmento de registro da B3 (BM&FBOVESPA), usando o código "TIMP3" e partir de 5 de agosto de 2011, nossas ADSs representando as cinco ações ordinárias, em vez de dez ações preferenciais, começaram a serem negociadas na NYSE.

Desde nosso registro no Novo Mercado em julho de 2011, somos a única sociedade no setor brasileiro de telecomunicações registrada neste segmento da B3 (BM&FBOVESPA). Como parte de nosso registro no Novo Mercado, somos obrigados a aderir às exigências intensificadas referentes à governança societária e a divulgação das informações ao mercado. Como parte de nosso forte compromisso com esses princípios, disponibilizamos nossas assembleias dos resultados financeiros do exercício financeiro de 2015 por teleconferência, smartphone e tablet, além de computador. Acreditamos que o registro no Novo Mercado fornece a maior liquidez e valor de nossas ações e nos permitir maior acesso aos mercados internacionais, promove o fortalecimento de nossa imagem corporativa e aumenta a confiança em nós, além de reafirmar o compromisso a longo prazo da Telecom Italia Group no Brasil.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Em função da incorporação reversa da TIM Participações S.A. pela TIM S.A. (antiga subsidiária integral da TIM Participações S.A.) no final do mês de agosto de 2020, os resultados apresentados para o ano completo de 2020 refletem os números da TIM S.A., em linha com os constantes nas Demonstrações Financeiras desta Companhia. Com o intuito de mantermos uma comparação adequada do ponto de vista econômico, os números de 2019 refletem aqueles reportados pela TIM Participações em suas Demonstrações Financeiras com data 31 de dezembro de 2019.

As informações constantes neste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site ([www.tim.com.br/ri](http://www.tim.com.br/ri)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da TIM S.A. entendem que a Companhia apresenta condição financeira e patrimonial saudável para implementar o seu plano estratégico e cumprir com as suas obrigações de curto e longo prazo.

A Companhia manteve em 2021 uma situação financeira e patrimonial confortável, apresentando (i) aumento nas posições de caixa e títulos de valores mobiliários; (ii) a dívida bruta teve um aumento de 32% em relação a 2020, (iii) redução da dívida líquida, dívida bruta descontada da posição de caixa e valores mobiliários, e (iv) redução no nível de endividamento, Dívida Líquida / EBITDA.

Condição Financeira	2021	2020	2019
<b>Em milhões de reais</b>			
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa<sup>1</sup></b>	9.797	4.646	2.926
<b>EBITDA Ajustado</b>	9.460	8.342	9.716
<b>Dívida Bruta</b>	13.509	10.257	9.611
<b>Dívida Líquida</b>	3.712	5.611	6.685
<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>	0,30	0,67	0,69

<sup>1</sup> Acrescido de Títulos e Valores Mobiliários

Em 2021 EBITDA ajustado é igual ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização e do resultado de equivalência patrimonial.

A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (86% do total), composta principalmente por empréstimos em moeda estrangeira e leasings enquadrados no IFRS16. Aproximadamente 33% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD e EUR), sendo totalmente protegida por hedge para moeda local. O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 9,5% a.a. em 2021, comparado com 2,48% a.a. em 2020.

O total da dívida inclui: (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R\$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R\$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de hedge no valor de R\$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R\$ 843 milhões.

Acompanhada de sua sólida posição de caixa, a Companhia também apresenta índices de liquidez estáveis, demonstrando total capacidade de honrar suas obrigações de curto e longo prazo. No que tange os índices de liquidez, a Companhia apresentou: Liquidez Geral ((Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Não Circulante)), considerando-se como Realizável a Longo Prazo o Ativo Não-Circulante da Companhia, para os anos de 2021, 2020 e 2019 de 2,02, 2,26 e 2,24 respectivamente, e Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante), de 1,45, 1,26 e 1,03, respectivamente.

Em relação ao perfil de endividamento, a Companhia vem mantendo sob controle a concentração de suas obrigações de curto prazo, tendo apresentado nos anos de 2021, 2020 e 2019 o Índice de Composição do Endividamento, (Passivo Circulante / (Passivo Total - Patrimônio Líquido), de 42,9%, 44,9% e 45,7%, respectivamente.

### b. estrutura de capital

Os Diretores da TIM S.A entendem que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis conservadores de alavancagem. O Índice de Alavancagem, (Dívida Bruta / Patrimônio Líquido) encerrou os anos de 2021, 2020 e 2019 em 53,8%, 44,2% e 43,6%, respectivamente, conforme tabela abaixo:

Índice de Alavancagem	2021	2020	2019
Dívida Bruta	13.509	10.257	9.611
Patrimônio Líquido	25.107	23.183	22.059
Dívida Bruta / Patrimônio Líquido	53,8%	44,2%	43,6%

O Índice de Endividamento Geral evidencia o equilíbrio da Companhia nas fontes de financiamento de ativos, capital próprio vs. capital de terceiros. Adicionalmente a preocupação da Companhia em manter uma estrutura de capital que suporte as necessidades do negócio é refletida no perfil da dívida, apontada pelo Índice de Composição de Endividamento.

Índices de Estrutura de Capital	2021	2020	2019
Endividamento Geral (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Passivo Total	49,6%	44,3%	44,7%
Composição do Endividamento (Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante))	42,9%	44,9%	45,7%

Em paralelo, a Companhia é capaz de gerar caixa suficiente para cumprir suas obrigações, apresentando uma relação dívida líquida/EBITDA, significativamente abaixo das médias para o setor de telecomunicações.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da TIM S.A acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas operacionais e dívidas contraídas. Entende-se que o capital de giro é suficiente para as exigências atuais, assim como os recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades. A Diretoria ainda acredita ter capacidade para contrair novos empréstimos para financiar investimentos que acompanhem as oportunidades do setor.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os índices de liquidez, que apontam a capacidade financeira da empresa para honrar os compromissos com terceiros, apresentam níveis controlados e compatíveis com os movimentos estratégicos adotados pela Companhia, conforme apresentado na tabela abaixo.

Índices de Liquidez	2021	2020	2019
<b>Liquidez Imediata</b> (Disponível/Passivo Circulante)	92,4%	56,0%	36,0%
<b>Liquidez Corrente</b> (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	145,1%	125,7%	103,5%
<b>Liquidez Seca</b> (Ativo Circulante-Estoque) / Passivo Circulante	143,2%	122,7%	101,0%

Adicionalmente, outros indicadores, baseados na capacidade de geração de caixa, EBITDA, são utilizados para medir a cobertura das despesas financeira e da dívida bruta e ambos apontam para uma situação confortável da Companhia, conforme reportado abaixo:

- O EBITDA Ajustado em 2021 totalizou R\$ 9.460 milhões, enquanto a despesa financeira do mesmo período somou R\$ 653 milhões e a dívida bruta total no final do período foi de R\$ 13.509 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura de despesa financeira, que mede a capacidade do EBITDA cobrir o pagamento da despesa financeira líquida (EBITDA/Despesas Financeira Líquida), foi de 14,48 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA (Dívida Bruta/EBITDA) foi de 1,43 vezes.
- O EBITDA em 2020 totalizou R\$ 8.342 milhões, enquanto a despesa financeira do mesmo período somou R\$ 807 milhões e a dívida bruta total no final do período foi de R\$ 10.257 milhões. Dessa forma, o nível de cobertura de despesa financeira, que mede a capacidade do EBITDA cobrir o pagamento da despesa financeira líquida (EBITDA/Despesas Financeira Líquida), foi de 10,33 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA (Dívida Bruta/EBITDA) foi de 1,21 vezes.

### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas**

A principal fonte de financiamento é a geração de caixa operacional, complementada por linhas de crédito de curto prazo com bancos locais e internacionais e financiamentos de longo prazo com agências de fomento nacionais e internacionais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

A Diretoria pretende utilizar geração de caixa operacional, renegociação de dívidas a vencer no curto prazo e novos financiamentos para eventual cobertura de deficiências de liquidez futura.

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Ao final de 2021 a Companhia apresentava um nível de endividamento de 0,39 vezes (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado). A tabela abaixo apresenta as características dos empréstimos e financiamentos considerados relevantes:

Descrição	Moeda	Encargos (a.a.)	Vencimento	Garantias	2021	2020	2019
Em milhares de reais							
BNDES	URTJLP	TJLP a TJLP + 2,52% a.a.	jul/22	Receíveis da TIM S.A.	-	-	240.008
BNDES	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	jul/22	Receíveis da TIM S.A.	-	-	374.461
BNDES (PSI)	BRL	3,50% a.a.	jan/21	Receíveis da TIM S.A.	-	-	18.071
BNDES (FINAME)	BRL	IPCA + 4,2283%	nov/31	Receíveis da TIM S.A.	396.280	-	-
KFW	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	abr/19		-	-	-
KFW Finnvera	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	jan/24 a dez/25		278.176	344.125	330.217
Debêntures (1ª Emissão)	BRL	104,1% CDI	jul/20		-	-	1.025.965
Debêntures (2ª Emissão)	BRL	IPCA + 4,1682%	jun/28		1.667.399	-	-
Cisco Capital	USD	2,50% a.a.	dez/20		-	-	40.366
BAML	EUR	0,279% a.a.	ago/21		-	570.844	-
Scotia	USD	1,241% a 1,734% a.a.	abr/21 a abr/24		559.650	1.030.761	-
BNP Paribas	USD	2,822% a.a.	jan/22		428.793	399.302	-
BNP Paribas	BRL	7,0907% a.a.	jan/24		515.166	-	-
Total:					3.845.464	2.345.032	2.029.088
Circulante					538.449	1.689.385	1.384.180
Não Circulante:					3.307.015	655.647	644.908

Linhas de Crédito						Montante utilizado até
Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	31 de dezembro 2021
Em milhares de reais						
BNDES (1)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	0
BNDES (2)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	0
FINAME (3)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	0	390.000
BNB (4)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	0
Total	R\$			2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

- 1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- 2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- 3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 4) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Os financiamentos da TIM S.A, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A TIM S.A vem atendendo aos índices financeiros definidos.

A TIM S.A possui operações de *swap*, com o objetivo de proteger-se dos riscos de variação cambial e de taxas em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*”.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis de curto e longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Vencimento	Consolidado
Em milhares de reais	
2022	538.449
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.464

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas. Para mais informações, veja também o item 3.8 deste formulário de referência.

### **g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até março de 2022. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito “B” deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de IPCA mais juros de até 2,84% ao ano + spread conforme o prazo. Desembolsamos 100% da linha em novembro de 2021 com custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo de 10 anos. Esta dívida está totalmente protegida por swap com o custo pós hedge de 96,95% do CDI.

Em janeiro de 2020, foi contratada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. como credor e a TIM S.A., como mutuário, uma nova linha de crédito no valor principal de R\$ 752 milhões, garantidos por fianças e recebíveis. O acordo tem um prazo total de 8 anos, sendo 3 de carência e 5 de amortização, para subsidiar o plano de capex da empresa para os próximos 3 anos (2020-2022) na região Nordeste. A Linha de Crédito é dividida em duas parcelas sendo: i) R\$325 milhões a IPCA + 1,44% a.a. ou IPCA +1,22% considerando 15% de bônus de conformidade; e ii) R\$427 milhões a IPCA + 1,76% a.a. ou IPCA +1,48% considerando 15% de bônus de conformidade. Desembolso em parcelas previstas para 2021 e 2022.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*

#### **Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, emitido pelo IASB, e as demonstrações financeiras individuais de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo CFC. As demonstrações financeiras foram revisadas para assegurar que elas representam as informações relacionadas às condições econômicas do ambiente de negócios da Companhia.

#### **Descrição das Principais Linhas da Demonstração de Resultado**

**Receita Bruta de Serviços:** Representa a receita proveniente da prestação de serviços, dentre os quais constam os serviços de telecomunicação nos segmentos móvel e fixo.

**Receita Bruta de Produtos:** Representa a receita proveniente da venda de aparelhos celulares, acessórios e outros.

**Impostos e Descontos:** Representa os dispêndios incorridos com os impostos, taxas, contribuições e descontos sobre os serviços prestados e venda de produtos.

**Receita Líquida de Serviços:** Representa a receita proveniente da prestação de serviços deduzida os impostos e descontos.

**Receita Líquida de Produtos:** Representa a receita proveniente da venda de aparelhos celulares, acessórios e outros, deduzidos os impostos e descontos.

**Custos da Operação:** Representam os custos incorridos nas atividades de manutenção, operação e outras atividades relacionadas diretamente com a produção da receita de serviços e receita de produtos, além do consumo de bens e/ou serviços para produzir e vender produtos e/ou serviços, administrar a Companhia, financiar suas operações e realizar outras atividades afins.

**EBITDA (ou LAJIDA):** Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização representa a geração de caixa da Companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

**EBITDA (ou LAJIDA) Ajustado:** Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e resultado da equivalência patrimonial, representa a geração de caixa da Companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

**Resultado Financeiro Líquido:** Representa o saldo entre a remuneração do capital obtido em operações financeiras e os gastos incorridos com a remuneração dos empréstimos e financiamentos obtidos junto a terceiros.

**Lucro antes dos Impostos:** Representa o lucro líquido da Companhia antes da provisão a título de imposto de renda e a título de contribuição social sobre o lucro do período, apurado conforme o regime de competência, assim como sobre as adições de diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro real.

**Lucro Líquido:** Representa o lucro operacional deduzido das receitas e despesas financeiras, e do imposto de renda e contribuição social. Representa o cálculo de receitas após os custos e despesas da operação, depreciação e amortização, juros, impostos e outras despesas.

#### **Análise Geral do Resultado**

A Diretoria da TIM S.A analisa as demonstrações de resultado do exercício com base no desempenho orgânico

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da Companhia, excluindo efeitos não recorrentes. A Diretoria entende que esse método melhor demonstra a condição financeira da Companhia frente ao desenvolvimento da estratégia de negócios. Desta forma, quando aplicável, os indicadores ajustados estarão sinalizados sob o indicativo de normalizado e estarão acompanhados de nota explicativa detalhando os efeitos correspondentes.

Adicionalmente, a Diretoria entende que os comentários dos resultados, abaixo apresentados, devem ser acompanhados em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, disponibilizados na CVM e no site de Relações com Investidores da TIM S.A.

### **Demonstração dos Resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:**

Descrição	2021	V.A	Y.Y	2020	V.A	Y.Y	2019
Em milhares de Reais							
Receita Bruta	25.357.428	-	4,2%	24.346.100	-	-3,3%	25.182.832
Receita de Serviços	24.264.245	95,7%	4,2%	23.279.422	95,6%	-2,3%	23.820.344
Receita Bruta de Serviços Móveis	22.433.225		4,2%	21.522.134		-2,8%	22.145.033
Receita Bruta de Serviços Fixo	1.831.021		4,2%	1.757.287		4,9%	1.675.311
Receita de Produtos	1.093.183	4,3%	2,5%	1.066.678	4,4%	-21,7%	1.362.488
Impostos e Descontos	(7.299.401)	-	3,3%	(7.066.502)	-	-9,5%	(7.805.638)
Impostos e descontos s/ serviços	(6.767.643)	92,7%	2,3%	(6.614.906)	93,6%	-8,4%	(7.223.189)
Impostos e descontos s/ produtos	(531.759)	7,3%	17,8%	(451.596)	6,4%	-22,5%	(582.449)
Receita Líquida	18.058.027	-	4,6%	17.267.812	-	-0,6%	17.377.194
Receita de Serviços	17.496.603	96,9%	5,0%	16.664.516	96,5%	0,4%	16.597.155
Serviço Móvel	16.349.345		4,7%	15.610.397		-0,2%	15.648.232
Serviço Fixo	1.147.258		8,8%	1.054.120		11,1%	948.922
Receita de Produtos	561.424	3,1%	-6,9%	603.295	3,5%	-22,7%	780.040
Custos da Operação	(8.598.727)	-	-3,7%	(8.925.882)	-	16,5%	(7.659.970)
EBITDA	9.459.299	-	13,4%	8.341.929	-	-14,1%	9.715.741
Margem EBITDA	52,4%	-	4,1 p.p.	48,3%	-	-7,6 p.p.	55,9%
Depreciação e Amortização	(5.691.696)	-	3,0%	(5.527.012)	-	7,8%	(5.128.981)
Equivalência Patrimonial	(11.572)	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(652.806)	-	-19,1%	(807.276)	-	-529,5%	187.963
Lucro Antes dos Impostos	3.103.225	-	54,6%	2.007.641	-	-58,0%	4.774.723
Imposto de Renda e Contribuição Social	(146.051)	-	-10,9%	(163.951)	-	-82,1%	(914.561)
Lucro Líquido	2.957.174	-	60,4%	1.843.690	-	-52,2%	3.860.162

Os resultados reportados de 2021 seguem os novos padrões contábeis das normas IFRS 9, 15 e 16, adotados a partir de 1º de janeiro de 2018. Os resultados da TIM S.A reportados em 2018 refletem 9 meses de operação *stand-alone* e três meses com a TIM Celular, após conclusão da incorporação.

#### **Receita Bruta**

Em 2021, a Receita Bruta Total foi de R\$ 25.357 milhões, um aumento de 4,2% em relação ao ano de 2020.

#### **Impostos e Descontos sobre Receita Total**

Nossos impostos e descontos sobre receita alcançaram R\$ 7.299 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

#### **Receita Líquida**

No acumulado de 2021, a Receita Líquida Total alcançou R\$ 18.058 milhões, aumento de 4,6% A/A, refletindo os esforços em período de pandemia do Covid-19, que resultou na queda de 6,9% na Receita de Produtos. A



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a Receita Líquida de Serviços fechou o ano com crescimento de 5,0%, refletindo a trajetória de recuperação gradual ocorrida ao longo do ano.

O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:

A Receita do Serviço Móvel (RSM) subiu 4,7%, atingindo R\$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse resultado é explicado principalmente pela dinâmica do ARPU Móvel (Receita Média Mensal Por Usuário) que registrou crescimento de 5,9% A/A e atingiu R\$ 26,4, refletindo a estratégia da companhia de monetizar sua base de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta; e (ii) migração da base de clientes para planos de mais alto valor.

A Receita de Serviço Fixo totalizou R\$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, impulsionada pelo crescimento da TIM Live (+14,8%), a TIM Live continua sendo o principal elemento para essa performance.

A Receita de Produtos totalizou R\$ 561 milhões, uma queda de 6,9% comparado a 2020, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no mix de produtos de maior valor.

### **Custos e Despesas da Operação**

Os Custos e Despesas Reportados no ano de 2021 totalizaram R\$ 8.598 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020.

### **EBITDA & Lucro Líquido**

O EBITDA totalizou R\$ 9,4 bilhões em 2021, alta de 13,4% impactado significativamente pelo efeito positivo, em 2021, a razão do crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes e créditos fiscal de PIS e COFINS. O Lucro Líquido Reportado totalizou R\$ 2,9 bilhões, aumento de 61,0% A/A.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Balanco Patrimonial consolidado referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:**

Descrição	2021	A.V.	A/A%	2020	A.V.	A/A%	2019
<b>-</b>							
<b>Ativo</b>	<b>49.819.186</b>	<b>-</b>	<b>19,6%</b>	<b>41.654.416</b>	<b>-</b>	<b>4,5%</b>	<b>39.857.182</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.398.048</b>	<b>30,9%</b>	<b>47,6%</b>	<b>10.433.768</b>	<b>25,0%</b>	<b>23,9%</b>	<b>8.418.033</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	34,0%	103,0%	2.575.290	24,7%	12,8%	2.284.048
Títulos e valores mobiliários	4.568.020	29,7%	120,6%	2.070.438	19,8%	222,3%	642.312
Contas a receber de clientes	3.066.906	19,9%	-0,2%	3.074.047	29,5%	-3,4%	3.182.935
Estoques	202.553	1,3%	-17,9%	246.602	2,4%	21,3%	203.278
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	354.620	2,3%	-5,2%	374.015	3,6%	-11,0%	420.284
Impostos e contribuições diretos a recuperar	1.311.906	8,5%	-7,7%	1.421.112	13,6%	4,0%	1.366.809
Despesas antecipadas	275.148	1,8%	83,7%	149.796	1,4%	-13,5%	173.139
Instrumentos financeiros derivativos	134.292	0,9%	-48,9%	262.666	2,5%	1482,2%	16.602
Arrendamento mercantil financeiro	30.076	0,2%	461,5%	5.357	0,1%	8,6%	4.931
Outros valores a compensar	28.661	0,2%	-71,7%	101.355	1,0%	206,3%	33.090
Outros ativos	197.251	1,3%	28,8%	153.090	1,5%	69,0%	90.605
<b>Não Circulante</b>	<b>34.421.138</b>	<b>69,1%</b>	<b>10,3%</b>	<b>31.220.648</b>	<b>75,0%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>31.439.149</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>3.925.956</b>	<b>11,4%</b>	<b>-4,1%</b>	<b>4.092.875</b>	<b>13,1%</b>	<b>-9,8%</b>	<b>4.526.229</b>
Títulos e valores mobiliários	11.508	0,3%	63,0%	7.061	0,2%	83,4%	3.849
Contas a Receber de clientes	186.301	4,7%	74,7%	106.614	2,6%	3,4%	103.075
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	905.312	23,1%	5,7%	856.786	20,9%	4,1%	823.349
Impostos e contribuições diretos a recuperar	730.455	18,6%	-42,8%	1.277.127	31,2%	-46,1%	2.367.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	536.888	13,7%	-	550.646	13,5%	-	-
Depósitos judiciais	718.773	18,3%	-9,6%	794.755	19,4%	-13,6%	919.850
Despesas antecipadas	83.139	2,1%	13,0%	73.598	1,8%	7,2%	68.628
Instrumentos financeiros derivativos	521.627	13,3%	117,9%	239.423	5,8%	700,5%	29.909
Arrendamento mercantil financeiro	213.045	5,4%	35,8%	156.841	3,8%	3,6%	151.447
Outros ativos	18.908	0,5%	-37,0%	30.024	0,7%	-48,7%	58.513
<b>Permanente</b>	<b>30.495.182</b>	<b>88,6%</b>	<b>12,4%</b>	<b>27.127.773</b>	<b>86,9%</b>	<b>0,8%</b>	<b>26.912.920</b>
Investimentos	1.601.703	5,3%	-	-	0,0%	-	-
Imobilizado	18.308.400	60,0%	1,1%	18.100.698	66,7%	2,8%	17.612.164
Intangível	10.585.079	34,7%	17,3%	9.027.075	33,3%	-2,9%	9.300.756
<b>Passivo + Patrimonio Líquido</b>	<b>49.819.186</b>	<b>-</b>	<b>19,6%</b>	<b>41.654.417</b>	<b>-</b>	<b>4,5%</b>	<b>39.857.182</b>
<b>Passivo</b>	<b>24.712.080</b>	<b>49,6%</b>	<b>33,8%</b>	<b>18.471.672</b>	<b>44,3%</b>	<b>3,8%</b>	<b>17.798.375</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.611.482</b>	<b>21,3%</b>	<b>27,8%</b>	<b>8.301.956</b>	<b>19,9%</b>	<b>2,1%</b>	<b>8.135.120</b>
Empréstimos e financiamentos	538.450	5,1%	-68,1%	1.689.385	20,3%	22,0%	1.384.180
Instrumentos financeiros derivativos	194.837	1,8%	2578,8%	7.273	0,1%	748,1%	858
Arrendamento mercantil financeiro	1.269.878	12,0%	20,4%	1.054.709	12,7%	20,8%	873.068
Fornecedores	3.267.404	30,8%	4,4%	3.128.732	37,7%	-20,1%	3.916.048
Obrigações trabalhistas	303.239	2,9%	11,2%	272.635	3,3%	25,3%	217.523
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.418.682	13,4%	51,6%	935.778	11,3%	102,1%	463.075
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	245.113	2,3%	-17,3%	296.299	3,6%	9,5%	270.489
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	5,0%	-0,9%	538.576	6,5%	-9,9%	597.550
Autorizações a pagar	2.630.169	24,8%	2465,8%	102.507	1,2%	15,7%	88.614
Receitas Diferidas	197.179	1,9%	-26,0%	266.436	3,2%	-5,5%	281.930
Outros passivos	12.951	0,1%	34,5%	9.626	0,1%	-77,0%	41.784
<b>Não Circulante</b>	<b>14.100.598</b>	<b>28,3%</b>	<b>38,7%</b>	<b>10.169.716</b>	<b>24,4%</b>	<b>5,2%</b>	<b>9.663.255</b>
Empréstimos e financiamentos	3.307.015	23,5%	404,4%	655.647	6,4%	1,7%	644.908
Instrumentos financeiros derivativos	13.950	0,1%	-51,7%	28.893	0,3%	714,7%	3.547
Arrendamento mercantil financeiro	7.793.661	55,3%	6,4%	7.324.126	72,0%	6,0%	6.907.802
Autorizações a pagar	1.250.918	8,9%	437,0%	232.940	2,3%	-2,0%	237.723
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	3.273	0,0%	5,5%	3.102	0,0%	3,5%	2.997
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	13.227	0,1%	-93,8%	212.444	2,1%	0,1%	212.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	-	-	0,0%	-	78.230
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	6,8%	8,3%	886.947	8,7%	26,1%	703.522
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	6.492	0,0%	-11,6%	7.346	0,1%	27,0%	5.782
Receitas Diferidas	689.161	4,9%	-8,8%	755.488	7,4%	-8,7%	827.182
Outros Passivos	62.020	0,4%	-1,2%	62.783	0,6%	59,9%	39.253
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>25.107.106</b>	<b>50,4%</b>	<b>8,3%</b>	<b>23.182.745</b>	<b>55,7%</b>	<b>5,1%</b>	<b>22.058.807</b>
Capital social	13.477.891	53,7%	0,0%	13.477.891	58,1%	0,0%	13.476.172
Reservas de capital	401.806	1,6%	-5,3%	424.139	1,8%	1073,1%	36.154
Reservas de lucros	11.236.551	44,8%	-	9.285.552	40,1%	-	8.546.482
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.285)	0,0%	-	-	0,0%	-	-
Prejuízos acumulados	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-
Ações em Tesouraria	(4.857)	0,0%	-	(4.837)	0,0%	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-

Seguem abaixo as análises dos dados referentes ao ano de 2021:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Ativo Circulante**

O ativo circulante fechou 2021 com aumento de 47,6% A/A, explicado principalmente pelo aumento na linha de caixa e equivalentes de caixa e Impostos e contribuições diretos a recuperar. O ativo circulante fechou 2020 com aumento de 23,9% A/A.

**Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante fechou 2021 com aumento de 10,3% A/A. Em 2020, o ativo não circulante teve queda de 0,7% A/A.

**Passivo Circulante**

O passivo circulante fechou 2021 com um aumento de 33,8% A/A, explicado principalmente pelo aumento na linha de empréstimos e financiamentos. O passivo circulante fechou 2020 com aumento de 2,1%.

**Passivo Não Circulante**

O passivo não circulante fechou 2021 com aumento de 38,7% em relação ao ano anterior. O passivo não circulante fechou 2020 com aumento de 5,2%.

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido encerrou 2021 com alta de 8,3% A/A, explicado principalmente pelo aumento da reserva de lucros, em função do aumento do lucro líquido no ano. O patrimônio líquido encerrou 2020 com alta de 5,1% A/A.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **Demonstrativo de Fluxo de Caixa consolidado referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:**

Descrição	2021	Y.Y	2020	Y.Y	2019
<b>Atividades operacionais</b>					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	3.103.225	54,6%	2.007.641	-58,0%	4.774.723
Depreciação e amortização	5.691.696	3,0%	5.527.012	7,8%	5.128.982
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	51.913	-158,9%	(88.085)	-371,8%	32.412
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	1.486	-623,2%	(284)	-225,7%	226
Provisão para processos administrativos e judiciais	278.720	-16,5%	333.724	-33,1%	498.698
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais	(27.768)	-121,2%	131.253	-12,3%	149.629
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	119.864	-27,8%	166.057	-115,6%	(1.062.473)
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	858.259	-5,8%	910.691	10,9%	821.463
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	56	-100,5%	(10.698)	66,6%	(6.422)
Perdas por créditos de liquidação esperada	544.642	-1,5%	552.817	-26,1%	748.291
Opções de compra de ações	15.672	505,6%	2.588	-7,3%	2.791
Contas a receber de clientes	(583.346)	49,5%	(390.087)	-62,0%	(1.025.732)
Impostos e contribuições a recuperar	664.397	-47,3%	1.260.949	-177,9%	(1.618.971)
Estoques	44.050	-201,7%	(43.325)	114,3%	(20.219)
Despesas antecipadas	(134.893)	-744,6%	20.928	-79,0%	99.636
Depósitos judiciais	215.698	6,0%	203.567	-19,2%	252.046
Outros ativos	41.610	-137,5%	(11.003)	-5403,5%	2.093
Obrigações trabalhistas	35.506	-	53.667	-	8.182
Fornecedores	153.357	-118,7%	(818.989)	106,6%	(396.388)
Impostos, taxas e contribuições	352.511	-190,3%	(390.252)	272,6%	(104.724)
Autorizações a pagar	2.673.865	-	(10.871)	-	(100.182)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	(316.735)	-23,4%	(413.635)	-35,9%	(645.020)
Receitas diferidas	(135.583)	55,5%	(87.188)	-57,3%	(204.355)
Outros passivos	(116.981)	-11,8%	(132.606)	30,6%	(101.507)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>12.760.556</b>	<b>47,1%</b>	<b>8.673.871</b>	<b>19,9%</b>	<b>7.233.179</b>
<b>Atividades de investimentos</b>					
Títulos e valores mobiliários	(2.502.030)	-	(1.428.888)	-	130.532
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações	-	-	21.959	-	-
Adições ao imobilizado e intangível	(7.966.176)	104,7%	(3.891.306)	1,0%	(3.853.484)
Caixa proveniente da incorporação da TIM Celular	1.096.294	-	-	-	-
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro	47	-99,0%	4.879	-46,4%	9.100
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(9.371.865)</b>	<b>77,0%</b>	<b>(5.293.356)</b>	<b>42,5%</b>	<b>(3.713.852)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>					
Novos empréstimos	3.062.000	-	1.800.000	-	1.000.000
Amortização de empréstimos	(1.789.887)	-4,8%	(1.879.565)	129,2%	(820.149)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	(2.012.651)	16,9%	(1.722.294)	8,6%	(1.585.712)
Instrumentos financeiros derivativos	216.197	-260,9%	(134.360)	-510,1%	32.761
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(1.042.976)	-9,5%	(1.153.054)	23,0%	(937.542)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(735.366)</b>	<b>-76,2%</b>	<b>(3.089.273)</b>	<b>33,7%</b>	<b>(2.310.642)</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.653.325</b>	<b>811,0%</b>	<b>291.242</b>	<b>-75,9%</b>	<b>1.208.685</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>2.575.290</b>	<b>12,8%</b>	<b>2.284.048</b>	<b>112,4%</b>	<b>1.075.363</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>5.228.615</b>	<b>103,0%</b>	<b>2.575.290</b>	<b>12,8%</b>	<b>2.284.048</b>

Seguem abaixo as análises dos dados referentes ao ano de 2021:

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL), foi positivo em R\$ 5.228 milhões no ano de 2021.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2. Os diretores devem comentar:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

#### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera suas receitas em moeda local, a partir da prestação de serviços de telecomunicações com telefonia móvel, fixa, e ultra banda larga, além de serviços de valor agregado, que também incluem a transmissão de dados. Outro componente da receita é o uso de rede ou receita de interconexão, proveniente do valor cobrado a demais operadoras pela terminação do tráfego na rede da Companhia. A receita de produtos também integra ao grupo de receitas, referente à venda de aparelhos celulares, acessórios e outros.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### Setor de telecomunicações

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre, observado pela primeira vez desde 2015. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

No ano de 2020, o mercado móvel reportou uma variação de 3,3% A/A. O movimento de crescimento da base total neste patamar foi observado pela última vez em meados de 2015, quando o segmento pré-pago iniciou a sua fase de consolidação. Nos últimos 12 meses, as adições líquidas de pós-pago atingiram 9,6 milhões de acessos (63% de pós-pago humano) e superaram a queda de 2,3 milhões de acessos do pré-pago pelo primeiro trimestre em 5 anos.

No ano de 2019 o mercado de telecomunicações brasileiro manteve a tendência de forte crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de

#### Base de Clientes

**O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A).** O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos (+4,7% A/A)**, com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

### Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos**, acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é basicamente composta por moeda local, não sendo assim afetada por possíveis variações cambiais. A mesma é impactada diretamente por alterações na sua base de clientes, variações no volume de uso e modificações nas tarifas cobradas em função de novo plano tarifário, lançamento de produtos ou introdução de promoções. A Companhia pode ajustar os preços de sua tarifa ao público desde que compreendidos no preço limite homologado pela ANATEL, o valor máximo fica sujeito a um reajuste anual conforme o comportamento da inflação. Em muitos casos, apesar da ANATEL permitir reajustes, a forte competição no setor acarreta reduções nas tarifas praticadas.

### c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

**Inflação:** Possíveis aumentos na taxa de inflação podem acarretar em maiores custos para Companhia e consequentemente redução de margens. Em caso de forte cenário inflacionário, o governo poderá adotar uma política monetária mais austera, como aumento da taxa de juros, reduzindo e encarecendo a oferta de crédito e, consequentemente, afetando nossos consumidores de serviços de telecomunicações.

**Taxas de juros:** As despesas financeiras da Companhia são afetadas por flutuações do CDI (Certificado de Depositário Interbancário). A Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

A Dívida Bruta em 2019 totalizou em R\$ 9.611 milhões. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R\$ 1.428 milhões (relacionado a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros leasings financeiros enquadrados no IAS17); (ii) reconhecimento de leasing no valor de R\$ 6.196 milhões (leasings financeiros enquadrados no IFRS16); e (iii) a posição de hedge no valor de R\$ 42 milhões (reduzindo a dívida bruta) que inclui os derivativos de proteção comercial.

A Dívida Bruta no final de 2020 ficou em R\$ 10.096 milhões, um crescimento de R\$ 484 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R\$ 1.500 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e outros leasings financeiros enquadrados no IAS17); (ii) reconhecimento de leasing no valor de R\$ 6.717 milhões (leasings financeiros enquadrados no IFRS16); e (iii) a posição de hedge no valor de R\$ 466 milhões (reduzindo a dívida bruta) que inclui os derivativos de proteção comercial e a parceria de opção de compra do C6 Bank.

A Dívida Bruta no final de 2021, excluindo os efeitos de (Licença 4G e 5G), 2021 ficou em R\$ 12.677 milhões, representando um crescimento de 24% A/A. O total inclui: (i) o

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

reconhecimento de leasing no valor relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R\$ 3.845 milhões; e (iii) a posição de derivativos de hedge no valor de R\$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6).

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

#### **Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems**

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4 milhões de domicílios (homes passed), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (home connected) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

### **c. eventos ou operações não usuais**

#### **Contingência Tributária**

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

#### **Resultado do leilão para 4G e 5G**

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R\$ 1,05 bilhão.



## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o [Comunicado ao Mercado](#) divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

### **CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi**

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE"), que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4. Os diretores devem comentar:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não existiram mudanças significativas nas práticas contábeis em 2021.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Diretoria acredita não haver efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

**c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor****Ressalvas**

A Diretoria da Companhia afirmou que não há ressalvas nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

**Ênfases**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não há ênfases no relatório dos auditores independentes.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não há ênfases no relatório dos auditores independentes.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não há ênfases no relatório dos auditores independentes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5. Políticas Contábeis Críticas

#### Políticas Contábeis Críticas

As políticas contábeis fundamentais são aquelas significativas para a apresentação da situação financeira e resultados das operações da Companhia e exigem julgamentos mais subjetivos e complexos por parte da administração, demandando frequentemente que a Diretoria estime o efeito de fatores de natureza incerta. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível resolução das incertezas futuras, essas decisões se tornam mais complexas. As estimativas e premissas da Companhia são baseadas na experiência histórica, tendências do setor e outros fatores considerados cabíveis nas circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dos previstos, e diferentes premissas ou estimativas do futuro podem alterar os resultados financeiros demonstrados. Para facilitar o entendimento de como a Diretoria estimou o impacto potencial de certas incertezas, incluindo as variáveis e premissas que embasam as estimativas, destaca-se as políticas contábeis fundamentais discutidas a seguir.

As principais políticas contábeis são descritas, inclusive as discutidas abaixo, nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

#### **(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de impairment.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

#### **(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

**(c) Provisão para processos judiciais e administrativos**

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

**(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

**(e) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”**

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

**(f) Arrendamento mercantil**

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**contratos de construção não terminada**

**contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem compromissos de valor material que não tenham sido indicados nas demonstrações financeiras.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, pois a Companhia não possui outros itens materiais, de outras naturezas, que não sejam registrados em seu Balanço Patrimonial.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

### **10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.



**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma série de obrigações relacionadas à concessão do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará o setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Durante 2021, a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas menores. Ainda, permanece no setor a visão do acesso à internet como bem essencial à população, o que se confirmou pela evolução na base de clientes e nas adições líquidas da TIM Live.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Na frente de desenvolvimento do negócio, dentre outros projetos, destacam-se as iniciativas de digitalização, que tem como meta acelerar o desenvolvimento e implementação de sistemas digitais, melhorando a experiência do cliente e proporcionando significativas eficiências operacional e financeira.

Conforme Fato Relevante publicado em 23 de fevereiro de 2021, a Companhia anunciou para os anos de 2021, 2022 e 2023 uma previsão de investimento de aproximadamente R\$ 13,5 bilhões.

Para esse novo triênio, mesmo diante de um 2020 desafiador, a TIM reafirma seu compromisso

- (i) com a evolução sustentável da Receita de Serviços, decorrente da busca de novas linhas de serviços, mantendo sua estimativa de crescimento de mid-single digit para o exercício atual;
- (ii) com a melhoria de sua rentabilidade, com crescimento de mid-single digit do seu EBITDA, mesmo com os custos de preparação relativos à incorporação dos ativos móveis da Oi;
- (iii) de manutenção de uma eficiente alocação de capital, caracterizada pela destinação do CAPEX em projetos de digitalização, de automação e de novos modelos operacionais, bem como a implementação de projetos transformacionais de infraestrutura (rede e TI); e
- (iv) com a contínua expansão da geração de caixa traduzida pela elevação do indicador de EBITDA – CAPEX sobre a Receita para alcançar o patamar de 24%.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos da Companhia são financiados principalmente por geração própria de caixa e empréstimos de bancos de fomento e comerciais. Os detalhes sobre os empréstimos e financiamentos estão disponíveis no item 10.1, subitens “f” e “g”.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não houve desinvestimentos relevantes nos anos de 2021, 2020 e 2019.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c) novos produtos e serviços, indicando:****i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas****ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços****iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui pesquisas já divulgadas em andamento.